

O IDN e o Pensamento Estratégico

José Medeiros Ferreira

Deputado da Assembleia da República

Professor Universitário – Universidade Nova de Lisboa

Resumo

Numa altura em que a revista Nação e Defesa edita o centésimo número, o presente artigo propõe-se contextualizar o papel do IDN ao longo de um extenso período da vida política nacional, desde 1976 até aos nossos dias. O artigo dá conta do processo de adaptação da política portuguesa às alterações da conjuntura política interna e externa, os dilemas entre a manutenção do país numa linha de orientação de política externa e de defesa de pendor atlântico e a aproximação a uma opção europeia, que se começa a esboçar de uma forma mais intensa, a partir de meados dos anos 70.

Também aqui desempenhou o IDN um papel de relevo na formação de uma elite intelectual militar vocacionada para a produção de um novo pensamento estratégico sobre os objetivos nacionais. Também durante aquela década, o Instituto teve uma ação fundamental no que concerne à aproximação entre a sociedade civil e a componente militar, através de todo um conjunto de iniciativas de natureza científica que transformaram o IDN num espaço privilegiado e aberto de comunicação e de reflexão intelectual no domínio da defesa e da segurança.

Abstract

On an occasion when the journal Nação e Defesa celebrates its 100 issue, the present article outlines the role of the National Defense Institute across an extensive period of the national political life, from 1976 up until present time. The article goes through the long process of adaptation of Portuguese policy to the changes that occurred both in internal and international affairs, the dilemmas between keeping the country oriented to an Atlantic option and to become closer of an European political option which tendency starts to take form in a more definite way after mid 70's.

During this period the NDI acquired a relevant role, by contributing intensively to the formation of an intellectual military elite, much oriented to the production of a new national strategic thinking on national goals. Also during those years, the Institute portrayed a relevant function by gathering the civil society actors and the military ones, through several scientific initiatives, creating the privileged space for open communication and intellectual thinking on the domain of defense and security.

É-me extremamente grato colaborar neste número 100 da revista “*Nação e Defesa*”.

Para quem como eu foi um dos “happy few” cujo nome figura no lançamento da revista, quando ela foi editada pelo Estado-Maior do Exército em Julho de 1976, trata-se de celebrar um ciclo de um quarto de século, perspectivando o significado da permanência de um título tão importante no contexto das revistas dedicadas a assuntos de defesa, e seus objectos afins como a estratégia, relações internacionais e as questões de segurança. Um título que recomendo aos meus alunos da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade dos Açores como fonte e bibliografia para os seus estudos e investigações naquelas áreas.

A título de curiosidade, e para que conste, refira-se que os outros colaboradores desse histórico número foram A. H. de Oliveira Marques, P. e Manuel Antunes, Natália Correia, Francisco Lucas Pires, Jorge de Macedo e Gen. Pedro Cardoso. O meu artigo intitulava-se “Relações Externas e Defesa Nacional” e foi escrito quando transitava do cargo de Secretário de Estado do VI Governo provisório para o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros do I Governo Constitucional. Em síntese chamava a atenção para o facto de “*num Estado integrado sempre haverá coerência, logo relação entre a sua política externa e o seu sistema militar*”. E continuava:

“Portugal é um país de política externa de natureza complexa e tal postulado implica uma política de defesa de natureza composta. Vejamos como assim é: Portugal é um país pequeno e como país pequeno não pode contar com o factor espaço para conter um qualquer inimigo. Portugal terá pois que defender as suas fronteiras longe delas. Assim, a nossa integração na OTAN corresponde, para além das circunstâncias, a essa visão estratégica. A defesa da nossa fronteira terrestre começa na fronteira da Alemanha Oriental / e o Pacto do Atlântico garante-nos ainda a segurança, o acesso e a articulação com os Açores e a Madeira.

*Acresce que, partidário do socialismo democrático, não o julgo possível em zonas de influência soviética, pelo que há efectivamente um nexo entre a contenção da influência soviética conseguida pela OTAN, e a defesa da transformação das sociedades europeias no sentido do socialismo democrático. Creio aliás que o futuro assistirá ao fortalecimento dos laços transatlânticos entre uma Europa Ocidental onde imperem forças do socialismo democrático e os países da América em trajectória liberal”.*¹

E em 1976 colocava já a questão actual da IESD:

“Subjacente à própria história da OTAN está a eterna sedução de uma **Defesa Europeia** própria e autónoma dos EUA. A própria URSS tem horror a tal ideia de defesa europeia preferindo manter o estatuto legado pela II Guerra Mundial.

1 Revista *Nação e Defesa*, n.º 1, Lisboa, Estado-Maior do Exército, 1976, p.20.

*Há razões portuguesas que acrescentam uma diferença específica a essa tendência de autonomia por parte dos países democráticos europeus. Somos vizinhos de uma Espanha poderosamente ibérica, atenuadamente europeia e ausente da Aliança Atlântica (...). E sobretudo um país só é verdadeiramente independente se ao dizer **sim** também puder dizer **não**.*

Para além dessa “extensão OTAN”, teremos pois de encarar a existência de uma outra Divisão das nossas Forças Armadas, capaz de responder a outros objectivos. Já vimos que existe uma tendência na Europa Ocidental favorável a um Sistema de Defesa próprio e autónomo e que está ligada a ideia de uma Europa Unida. Por outro lado, teremos de ter preparada uma resposta nossa e independentemente caso haja falência da OTAN, reconversão de alianças por parte das grandes potências, ou até ameaças à nossa independência nacional por parte de qualquer país.

Esta Divisão das Forças Armadas, embora desligada da OTAN, deverá possuir um armamento capaz de entrar em interoperacionalidade com as forças daquela Aliança, mas a tónica deverá ser dada no carácter autónomo e na diversidade de meios e armamentos que possibilitem uma actuação plenamente portuguesa”.²

Este artigo foi escrito na perspectiva da formação do I Governo Constitucional e no contexto da separação de poderes então existente no que às matérias militares respeitava.

O Estado, depois de 25 de Abril de 1974, restabeleceu-se através dos principais partidos políticos que vingaram na sociedade portuguesa, e que se justapuseram aos antigos corpos de Estado como a Administração Pública, as Forças Armadas, a Diplomacia, a Magistratura, assim como a um efémero vasto sector público da economia.

Os Partidos Políticos surgiram assim como os andaimes da reconstrução do edifício estatal e constituíram com o decorrer dos tempos as maiores criações institucionais do regime democrático. De um ponto de vista da estratégia das Forças Armadas para o trânsito entre regimes políticos que se operou, havia todo o interesse em permitir aos partidos pleno desenvolvimento para que a intervenção militar do 25 de Abril tivesse não só uma solução constitucional como política. Neste domínio alguns oficiais das Forças Armadas filiavam-se na tradição da estratégia política que em termos contemporâneos descreve um arco que vai de Napoleão em Itália até McArthur no Japão.

Esta acção ao nível da estratégia geral poderá ser melhor compreendida caso a comparemos, *mutatis mutandis*, aos métodos aplicados após a II Guerra Mundial pelas forças aliadas, nomeadamente em Itália, na Alemanha e no Japão.

Uma das características da condução do processo político em Portugal entre 1974 e 1976 será a revelação de uma elite intelectual entre os militares com capacidade de

2 Ob. Cit., p.21.

pensamento estratégico sobre os objectivos nacionais. E essa elite, de uma forma geral, manter-se-á de acordo para considerar o regime democrático pluralista como o mais adequado à reconstrução do Estado, à sua inserção internacional, e à sobrevivência da própria instituição militar.

A existência dessa elite militar intelectual nem sempre é reconhecida extra-muros por parte de outras elites desde a universitária à empresarial, desde a de outros corpos de Estado aos tecnocratas. Mas quem a conhece sabe reconhecer o seu valor.

Ora essa elite, treinada nos **estudos de situação estratégica** nos estabelecimentos de ensino militar superior e nos cursos do Estado-Maior, promoveu o intercâmbio entre diversos sectores da sociedade portuguesa quando se deu nova vida ao Instituto da Defesa Nacional, colmatando assim uma lacuna na inter-comunicação entre alguns dos agentes mais interessados em contribuir para um pensamento estratégico sobre o futuro de Portugal. Este foi um grande serviço que o IDN prestou à difusão e à elaboração de quadros analíticos sobre questões de estratégia e de defesa.

Com efeito o IDN, assim como os órgãos de ensino superior militar como o Instituto de Altos Estudos Militares, o Instituto Superior Naval de Guerra, a Academia da Força Aérea, fizeram desfilar diante dos seus oficiais centenas de personalidades das mais diversas especialidades e quadrantes ideológicos que lhes forneceram uma enorme soma de dados e propostas sobre os caminhos da nação, sobretudo entre os anos de 1976 até aos finais dos anos oitenta. Esse intercâmbio permitiu um melhor conhecimento mútuo entre a sociedade civil e a sociedade militar.

Será ao nível dos órgãos de ensino superior que a instituição militar irá demonstrar uma real capacidade de mobilização e influência.

Neste particular avulta a acção do Instituto da Defesa Nacional (IDN) que, sob a direcção do almirante Leonel Cardoso e do então brigadeiro Belchior Vieira, iniciou uma intensa actividade, onde sobressaíram a realização de seminários regulares e os primeiros cursos de Defesa Nacional.

No que respeita aos seminários, vejamos alguns temas neles versados:

- Outubro de 1979 - Seminário sobre o conceito de Defesa Nacional;
- Outubro de 1980 - Seminário sobre energia e a Defesa Nacional;
- Outubro de 1981 - Seminário sobre a Zona Económica e Exclusiva e a Defesa Nacional;
- Novembro de 1981 - Seminário sobre a indústria nacional e a defesa;
- Dezembro de 1981 - Seminário sobre o ordenamento do território e a Defesa Nacional;
- Outubro de 1982 - Seminário sobre a educação e a Defesa Nacional.

A influência destes seminários, entre os seus participantes e não só, nota-se sempre que esses temas são discutidos no plano nacional, como aconteceu, por exemplo, com o Conceito Alargado de Defesa Nacional, elaborado pelo IDN em Novembro de 1979.

Para dar uma ideia da quantidade, da qualidade e da diversidade das personalidades civis que colaboraram com o IDN, basta consultar as listas publicadas pela revista *Nação e Defesa* do referido Instituto.³

Este Instituto elaborou, no princípio da década de 80, um estudo intitulado “O País que Somos”, com o recenseamento das potencialidades e vulnerabilidades da sociedade portuguesa, assim como com propostas sectoriais nos domínios dos transportes, da energia, da educação, da economia, da segurança, numa espécie de projecto nacional global. Se compulsarmos os dois volumes do *País que somos* constatamos facilmente que os principais eixos das grandes obras públicas depois da entrada na Comunidade Europeia estavam catalogados nesse documento.

Também nos outros estabelecimentos de ensino militar superior se verificou o mesmo desfile de individualidades ligadas aos mais diferentes sectores da actividade nacional, tornando assim possível que a instituição militar dominasse uma vasta soma de informações sobre muitos sectores da sociedade portuguesa.

Estes estabelecimentos de ensino superior militar foram também em grande parte responsáveis pela formação de um núcleo de oficiais de Estado-Maior cujos espíritos foram treinados mediante sucessivos exercícios para analisarem com precisão os factores de vulnerabilidade e de potencialidade da sociedade portuguesa.

Foram com efeito os “estudos de situação estratégica”, elaborados durante os cursos de Estado-Maior, nos anos de 60 e 70, que obrigaram a elite jovem das Forças Armadas a dar-se conta do atraso do País no domínio educacional, da saúde, da ciência e da tecnologia, do desenvolvimento económico, da falta de meios para a manutenção dos objectivos fixados pelo poder político ditatorial. Daí à revolta contra o regime político só mediou o aparecimento de causas ocasionais para se proclamarem os designados “objectivos nacionais de alternativa” também previstos nesses estudos, cuja metodologia provinha da doutrina NATO como assinala no livro datado de 1992 sobre o comportamento político dos militares.⁴

3 Revista *Nação e Defesa*, Lisboa, Instituto da Defesa Nacional, n.º 20, Out/Dez. 1981, pp. 135-140; índices por autores e assuntos da revista até ao n.º 40.

4 Ver José Medeiros Ferreira, *O Comportamento Político dos Militares*, Lisboa, Ed. Estampa, 1992.

As Ciências Humanas, sendo praticamente inexistentes nas universidades portuguesas antes do 25 de Abril de 1974, encontraram um campo de aplicação insuspeitado nos estudos de situação estratégica levados a efeito nos diferentes cursos de Estado-Maior ou em institutos como o da Defesa Nacional.

Já no início da década de 80, o Estado-Maior do Exército encomendou à Empresa Geral de Fomento o primeiro exercício de prospectiva conhecido em Portugal depois da instauração do regime democrático e em que se analisavam os vários cenários internos e externos decorrentes do pedido de adesão à CEE. Era mais uma vez a instituição militar a tomar a dianteira num domínio em que a sociedade civil, e nomeadamente as universidades, revelavam então falta de iniciativa.

Pouco a pouco, porém, a sociedade civil, através dos mecanismos do regime constitucional, foi-se apoderando dos instrumentos da articulação dos pensamentos estratégicos, sobretudo através do suporte de novos institutos, de novas revistas e, finalmente, da difusão de cursos universitários sobre relações internacionais e estratégia.

Mesmo assim não declinou o papel do IDN que, por um lado expandiu os seus anuais cursos de Defesa Nacional e por outro, abriu-se mais à colaboração civil e exterior.

BIBLIOGRAFIA

A Posição de Portugal no Mundo, in *Portugal nos Próximos Vinte Anos*, vol. IV, Lisboa, Fundação Gulbenkian, 1989.

AAVV, *Revolução e Democracia*, direcção de Brandão de Brito, Lisboa, Ed. Notícias, 1999 e 2001.

AMARAL, Diogo Freitas do, *Política externa e política de defesa*, Lisboa, Cognition, 1985.

CARRILHO, Maria, *Democracia e Defesa*, Lisboa, Dom Quixote, 1994.

COSTA, Adelino Amaro da, *Defesa Nacional – Gerir o presente, preparar o futuro*, Lisboa, MDN, 1980.

Defesa Nacional – Anos 90 – Debate Público, Lisboa, ed. Nação e Defesa, IDN, 1991.

FERREIRA, José Medeiros, *Elementos para uma política Externa do Portugal Democrático*, Lisboa, MNE, 1976.

FERREIRA, José Medeiros, *Notas de Política Internacional e Política de Defesa*, Aveiro, Pandora, 1985.

FERREIRA, José Medeiros, “Um corpo de Estado perante o Estado: militares e instituições políticas”, in *Portugal - O Sistema Político e Constitucional - 1974-1987*, prefácio de Mário Soares, Lisboa, ICS, 1988, pp.427-451.

FERREIRA, José Medeiros, “Portugal”, in Charles Zorgbibe *Dicionário de Política Internacional*, Lisboa, Dom Quixote, 1990.

FERREIRA, José Medeiros, *O Comportamento Político dos Militares*, Lisboa, Ed. Estampa, 1992.

FERREIRA, José Medeiros, “Os Militares no Poder e as reacções internacionais”, in *Revista de História das Ideias*, vol. 16º, Coimbra Faculdade de Letras, 1994, pp. 487-506.

FERREIRA, José Medeiros, *A Nova Era Europeia - de Genebra a Amsterdão*, Lisboa, Ed. Notícias, 1991.

Futuro da Defesa Nacional num novo contexto estratégico, Colóquio Parlamentar, Assembleia da República, 1991.

Livro Branco da Defesa Nacional, Lisboa, Ministério da Defesa Nacional, 1986, p. 73.

MACEDO, Ernesto Ferreira de, *Subsídios para o Estudo do Esforço Militar Português na década de 50 - Os compromissos com a OTAN - 2 volumes*, Lisboa, Estado-Maior do Exército, 1988.

MIGUEL, Mário Firmino, *Portugal, a Espanha e a NATO*, Lisboa, EME, 1978.

Nação e Defesa, n.º 1, Lisboa, Estado-Maior do Exército, 1976.

O Futuro das Forças Armadas, Colóquio Parlamentar, Assembleia da República, 1994.

SANTOS, J.A. Loureiro dos, *Forças Armadas, Defesa e Poder Político*, Imprensa Nacional, 1980.

SANTOS, J.A. Loureiro dos, *Reflexões sobre estratégia* (prefácio José Medeiros Ferreira), publicações Europa-América, Lisboa, 2000.

Política Externa e Política de Defesa do Portugal Democrático, Coordenação de José Medeiros Ferreira, Edições Colibri, Lisboa, 2001.